



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

6359 - Trabalho Completo - XIII Reunião Científica da ANPEd-Sul (2020)

ISSN: 2595-7945

Eixo Temático 02 - Ensino Médio

OCUPATUDO: O CARÁTER FORMATIVO DAS OCUPAÇÕES ESCOLARES NO MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO-PR.

Franciele Maria David - UNIOESTE/CAMPUS FRANCISCO BELTRÃO -
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ

Suely Aparecida Martins - UNIOESTE - Universidade Estadual do Oeste do Paraná

OCUPATUDO: O CARÁTER FORMATIVO DAS OCUPAÇÕES ESCOLARES NO MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO-PR.

Ocupação Escolar. Juventudes. Formação Política. Ensino Médio

Este trabalho é resultado de pesquisa de Mestrado em Educação, concluída em 2019, que analisou a experiência formativa vivenciada pelos jovens no movimento das ocupações escolares, em 2016. A partir da realização de onze entrevistas semiestruturadas com participantes das ocupações no município de Francisco Beltrão/Pr, além da análise de sites e jornais do período, buscou-se desvelar o processo formativo das ocupações, presentes na dimensão política, sociocultural, coletiva e pedagógica (MARTINS, 2009).

Em outubro de dois mil e dezesseis foi proposta a reforma do ensino médio, sendo esta anunciada em caráter de urgência para aprovação pelo Governo de Michel Temer, através de uma medida provisória – 746/2016 –, que foi sancionada em fevereiro de 2017, através da Lei 13.415 de 2017. No mesmo período também estava em curso à proposta de congelamento dos gastos públicos com saúde, educação e segurança, a partir da PEC/2411. Logo, estudantes organizaram-se, ocupando escolas públicas, Núcleos Regionais de Educação e espaços públicos.

Este movimento iniciou-se no Paraná, em 3 de outubro de 2016. A primeira instituição a ser ocupada foi o Colégio Estadual Padre Arnaldo Jansen, na periferia de São José dos Pinhais, região metropolitana de Curitiba, no Estado do Paraná. O movimento, em poucos dias se estendeu por todo estado atingindo cerca de 850 escolas ocupadas e 14 universidades. Também chegou a 22 dos 26 estados brasileiros e Distrito Federal, culminando com um total de 1022 escolas e 84 universidades. (PARANÁ, 2016).

Ações semelhantes ocorreram em outros momentos da história dos movimentos estudantis como: a Revolta dos Pinguins no Chile, em 2006, Argentina, em 2011, quando estudantes ocuparam prédios públicos frente a medidas educacionais tomadas pelo governo. No Estado de São Paulo na cidade de Diadema em 2015, na ocasião em que, o Governador Geraldo Alkmin anunciou o processo de reorganização escolar, com a proposta de fechamento de

várias instituições de ensino. E ainda em outros estados como: Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Ceará e Goiás.

As ocupações ocorridas no Brasil, em 2015 e 2016, seriam caracterizadas como primeira e segunda onda, por Groppo (2018). A primeira onda seria mais longa, iniciando em 2015 e terminando em meados 2016, com pautas mais direcionadas as políticas educacionais neoliberais dos estados. A segunda onda destaca-se pela pauta nacional e afunilamento das políticas neoliberais. Sobre a primeira onda, Groppo afirma,

Caracteriza-se por ações de caráter estadual, cada qual em com seu próprio ciclo, em oposição às políticas educacionais de seus governos estaduais. Foi restrita a alguns estados – São Paulo, Goiás, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, e Ceará –, e as ocupações, com poucas exceções, se deram apenas em escolas públicas estaduais do Ensino Médio. (GROPPO, 2018 p. 91).

Após esta primeira onda de ocupações, os estudantes retomariam esta tática de luta, agora contra a MP 746 e a PEC 241/2016, além do projeto Escola Sem Partido (projeto de lei do Senado 193/2016), que voltava-se ao “cerceamento nas salas de aulas brasileiras de discussões no campo político e a exclusão de debates sobre gênero, raça, sexualidade e religião nas escolas” (SILVA; MELO, 2017, p. 122).

Assim como Groppo (2018) entende-se as ocupações no segundo semestre de 2016 como um processo distinto, porém, não isolado das outras manifestações estudantis no país e na América Latina, principalmente as da primeira onda. Além disso, o fazer-se das juventudes, assim como dos movimentos estudantis permaneceria ativo na constituição do levante estudantil da segunda onda em 2016.

Ainda é importante ressaltar a categoria juventude, entendo-a, inserida em uma realidade concreta e, portanto, produto desta. Entendemos “as juventudes” como resultado das relações sociais, de gênero, etnias, geracionais, econômicas, estruturais e de classe, e assim consequência desta, *“entonces, acompañar la referencia a la juventud con la multiplicidad de situaciones sociales en que esta etapa de la vida se desenvuelve, presentar los marcos sociales históricamente desarrollados que condicionan las distintas manera de ser joven”* (MARGULIS; URRESTI, 1996, p. 14-15).

Os jovens participantes das ocupações escolares em 2016 são sujeitos que tem rostos definidos, em sua maioria “pertencem à classe ou fração de classe de filhos de trabalhadores assalariados ou que produzem a vida de forma precária por conta própria, no campo e na cidade, em diversas regiões e com particularidades socioculturais e étnicas”. (FRIGOTTO, 2004, p. 181). Concordamos com Frigotto (2004, p. 181) quando afirma,

Ao optarmos por esta compreensão, poderemos levar em conta particularidades e até aspectos singulares sem cair numa perspectiva atomizada. Os sujeitos jovens (ou as juventudes) teimam em ser uma unidade do diverso econômico, cultural, étnicos, de gênero, de religião etc.

Ao se fazer este recorte de classe sobre a categoria juventude, e assim demarca-la, historicamente e socialmente, ressalta-se que tanto na primeira onda das ocupações (2015), quanto na segunda (2016), o movimento das ocupações iniciou em escolas periféricas, assim como no município de Francisco Beltrão-Pr, no qual a primeira escola a ser ocupada foi o Colégio Estadual Léo Flach.

O movimento dos estudantes adquiriu visibilidade a partir da tática da ocupação da escola. Ocupar a escola significou sinônimo de luta e resistência dos estudantes contra as reformas neoliberais e também se constituiu como espaço formativo importante para os participantes.

Martins (2009), em estudo sobre as ocupações escolares no MST, busca demonstrar que ela não se resume apenas à apropriação do espaço físico. Para o campesinato, a ocupação da terra e da escola tenciona o Estado a cumprir a constituição de 1988, na realização da Reforma Agrária. Ainda “a ocupação, torna-se um elemento articulador de uma série de intencionalidades. Além de mecanismo de enfrentamento social, condensa também uma perspectiva de projeto de sociedade, uma concepção de classe e um posicionamento identitário”. (MARTINS, 2017, p. 24).

Concordamos com Martins, de que a ocupação agrega elementos capazes de estabelecer relações que extrapolam a ação direta da conquista do espaço físico, sobressaindo o seu caráter formativo, a partir de quatro dimensões importantes que ampliam o entendimento deste fenômeno, sendo elas: dimensão política; dimensão sociocultural, dimensão coletiva e dimensão pedagógica. Destaca o autor:

Uma vez conquistada à escola enquanto direito, enquanto estrutura, enquanto acesso, é necessário ocupá-la também enquanto conteúdo, enquanto espaço de disputa hegemônica de classe, enquanto uma instituição que contribua no avanço do projeto emancipatório de sociedade. (MARTINS, 2009, p. 209).

Para tanto, as ocupações avançam dentro de um processo de apropriação e de enfrentamento social, possibilitando a disputa em outros aspectos. Para além da apropriação do espaço físico, revela-se um campo em conflito, a educação. Entendendo este campo, inserido na sociedade de classe, em que o direito ao acesso a uma educação pública e de qualidade para classe trabalhadora, desvela os antagonismos presentes em nosso sistema societal.

A dimensão política da ocupação escolar proposta pelo pesquisador compreende a escola como direito, portanto, “o direito a escola é um dos fundamentos da ocupação política”, sendo este direito “democratizado” primeiramente dentro da lógica burguesa, assim,

Ocupar a escola em sua dimensão política pressupõe, necessariamente, a construção e a manutenção de uma escola dotada de um projeto social, que supere as condições existenciais atuais, que se vincule a um projeto de sociedade emancipada e emancipadora que, por sua vez, exige práticas educacionais e escolares condizentes com tal projeto. (MARTINS, 2009, p. 207).

A superação destas condições possibilita a vinculação da escola a um projeto de sociedade emancipadora. Assim, entende-se a escola como instrumento importante de transformação social à medida em que ela expressa as contradições sociais existentes.

Para que a escola seja agente de transformação social, esta necessita compreender e assimilar quem são os sujeitos integrantes deste processo e, para isso, precisa conhecer aqueles que ocupam o espaço escolar. Para tanto, faz-se necessário fazer algumas perguntas: quem são os alunos? Quem faz parte comunidade escolar? Onde estão inseridos? Quais são as reais necessidades destes sujeitos; dentre outras. Portanto, o autor destaca outro importante elemento da categoria ocupação, a dimensão sociocultural,

O movimento que se busca com a dimensão sociocultural da escola é que, ao incorporar em sua dinâmica os elementos socioculturais dos sujeitos constituidores da realidade escolar, por meio da mediação do referido projeto societal, a escola seja uma agência que contribua na manutenção da identidade sociocultural própria dos sujeitos e na consolidação da dimensão sociocultural mediada pelo projeto de sociedade que se quer construir. (MARTINS, 2009, p. 220).

Isso sem contar que a escola, ao incorporar em sua prática diária os elementos socioculturais dos sujeitos pertencentes a este ambiente, dialoga diretamente com sua realidade social, enriquece sua práxis, valoriza o sujeito, sua história, seu meio. O diálogo constitui-se como elemento fundamental da dimensão sociocultural quando é, “autêntico reconhecimento do outro e reconhecimento de si, no outro – é decisão e compromisso de colaborar na construção do mundo comum”. (FREIRE, 1987, p. 15).

Além da ocupação física, política, sociocultural, a ocupação coletiva dos espaços em disputa permite a ampliação das discussões efetivas, horizontais e democráticas, em oposição a escola estruturada sob a ótica do capital.

A escola capitalista encontra-se emaranhada da lógica burguesa e assim atende a seus interesses de classe, porquanto, esta racionalidade capitalista está intrinsecamente ligada à organização escolar, o individualismo, a meritocracia, a fragmentação, hierarquia dos conteúdos, o tempo escolar, dentre outros, legitimando a estrutura social vigente, porém, esta “racionalidade” empobrece o processo da construção de um sujeito em sua totalidade, negando sua realidade material, social, histórica, de classe.

A dimensão coletiva da ocupação contrapõe-se a esta lógica, reafirmando a importância da construção de um ambiente democrático, autogestionário, horizontal, onde todos e todas são compreendidos como integrantes do processo constitutivo, assim as decisões não são decididas por alguns sujeitos, ou seja, de cima para baixo. Nesta perspectiva a lógica se inverte, a pirâmide planifica e todos podem participar de forma mais igualitária.

Por fim, a última dimensão destacada pelo autor é a dimensão pedagógica, esta não deve ser compreendida desvinculada das outras dimensões, pois a ocupação pedagógica compreende se apropriar do conhecimento historicamente acumulado pela humanidade e utilizado para compreensão e transformação da realidade social, no entanto oferecido as classe trabalhadora de forma sucinta e paliativa, pois, “o acesso ao saber historicamente acumulado, para os sujeitos que estão desprovidos dele, é um ato de ocupação”. (MARTINS, 2009, p. 242). E também, um ato de rebeldia. Portanto,

A transformação da escola vigente, sua ocupação, do ponto de vista pedagógico, se dá na aquisição efetiva do conhecimento científico, de maneira articulada com o projeto societal emancipatório. Em síntese, a dimensão pedagógica da ocupação da escola, reside na premissa de que o saber historicamente acumulado é necessário para a formação humana integral, portanto, é uma “ferramenta” necessária para a luta de classes e para a consolidação de um projeto societal emancipatório. (MARTINS, 2009, p. 242).

Em 2016, as quatro dimensões detalhadas anteriormente, encontraram-se imbricadas nas ocupações estudantis. Nas entrevistas realizadas com os secundaristas de Francisco Beltrão, as dimensões: coletiva; sociocultural; política e pedagógica, destacam-se no processo formativo, como elementos norteadores da organização estrutural, social e pedagógica dos

ocupas.

Os secundaristas disputaram diretamente com os órgãos governamentais, assim como os gestores locais o território escolar, para além da disputa do ambiente físico, os secundaristas pleiteavam seu local de fala. Para os jovens era necessário um amplo debate que envolvesse a todos, conforme anunciado na rede social de um dos colégios ocupados em Francisco Beltrão:

O Ensino Médio precisa sim de uma reforma, mas não através de uma MP. O assunto precisa ser amplamente debatido com professores, alunos, especialistas na área e todos os demais interessados. E não vamos desistir do movimento apenas porque “o Ensino Médio se tornou pauta”, continuaremos ocupando cada vez mais porque parece que nossos governantes e representantes da educação ainda não entenderam. (OCUPA CEMA, 2016, s/p.).

Os estudantes, a partir das suas pautas, das suas ações e das suas lutas, dão visibilidade à dimensão política das ocupações. Ao ocuparem a escola, os secundaristas demonstram que entendem esta como um direito, que por sua vez, se somam a outros, que sentem ameaçados, “entende-se a escola como direito universal, e para isso a tomada deste espaço pelas classes populares pressupõe a mobilização como instrumento fundamental”. (MARTINS, 2009, p. 200).

Ainda, as ocupações possibilitaram aos estudantes reorganizar o espaço escolar e, assim, deixá-lo mais próximo dos seus anseios educacionais. Os secundaristas organizaram ciclos de palestras, rodas de debates, saraus musicais, nos quais puderam trazer para o interior da escola atividades que, além de lhes proporcionarem prazer, os identificava com seus pares:

A gente se organizou com palestras, de professores, de alunos das UTFs, pra falar como estava chegando o Enem, assuntos que seriam interessantes ser discutidos e gente conversava bastante sobre o que era a PEC, o que era a escola sem partido, a gente colocava nossas ideias, a gente tinha muitas reuniões. (ANTONIO, entrevistado em 2018).

As decisões passavam por assembleias realizadas diariamente nos ocupas, havia divisão de tarefas e regras a serem cumpridas:

“Nós dividimos as tarefas entre os meninos e as meninas, sem nenhuma distinção assim” (HELENA entrevistada em 2018).

“a gente tinha o horário que a gente fazia o café, que a gente se organizava, assim como a gente tinha horário para fechar o portão, e a partir daquele horário ninguém entrava e ninguém saía porque se não virava a bagunça (CARLOS, entrevistado em 2019);

Os estudantes tentam romper com as velhas formas de organização escolar, e promovem outras direções, esboçando uma forma escolar horizontalizada, que passa principalmente pelos principais sujeitos da educação, os estudantes.

Pode-se afirmar que este formato organizativo dos estudantes contribui de forma significativa para a formação social do sujeito. Assim, seus corpos e vozes reconfiguram o espaço escolar, impondo um novo desafio aos secundaristas, já “acostumados” ou adaptados ao formato verticalizado de gestão.

A educação deve ser problematizadora, levar homens e mulheres a refletir sobre as suas relações com o mundo, com a realidade que os cerca. Neste sentido, as ocupações possibilitaram aos jovens um novo olhar sobre a escola, com a qual passam a se reconhecer:

Então ali a gente começou digamos a discutir como parte também da escola, quer dizer a escola não era sobre os estudantes, mas os estudantes eram parte mesmo da escola a gente fazia parte daquele processo ali a partir das ocupações. (HELENA entrevistada em 2018).

Este processo de reconhecimento do outro, enquanto sujeito que vivencia situações diárias e semelhantes, que compartilha posições, ao mesmo tempo, próximas e conflitantes, demonstra que as ocupações foram um importante momento para a construção da identificação dos jovens com a escola.

Assim, as ocupações apresentaram formas organizativas que contrariam as vigentes nas escolas públicas. Quando os estudantes ocupam os espaços escolares, isto não se limita apenas ao espaço físico, tem um valor maior, simbólico e efetivo, material e abstrato, significa a ocupação de um ambiente por anos foi consentido gradualmente as classes populares, e ainda “trata-se da resposta dos sujeitos aos processos históricos em que se encontram inseridos e nos quais se articulam múltiplas experiências”. (MARTINS, 2009b, p. 200).

As dimensões apontadas por Martins, apresentam-se o tempo todo nas ocupações, a dimensão coletiva, sociocultural, política e pedagógica, fez parte do cotidiano dos ocupas. Quando os secundas lutam pela escola, estão dizendo que este espaço os pertence, sendo assim o conhecimento também pertence a eles, não pode e não deve mais ser negado. A ocupação é mais que ocupar um espaço físico, é uma disputa por uma estrutura escolar e pedagógica mais horizontal e democrática, é uma disputa por acesso ao conhecimento com qualidade.

Assim, as ocupações, entendidas nas dimensões política, sociocultural, coletiva e pedagógica, refletem um momento importante na formação dos jovens estudantes. A ocupação das escolas levou a reflexão sobre a mercantilização da educação, possibilitou práticas educativas diferentes da forma escolar capitalista, demonstrou que os jovens se importam com a escola e com o conhecimento e fortaleceu a identificação de muitos jovens com esta instituição. Ainda é notório no município estudado após as ocupações o engajamento político de muitos dos jovens participantes atuando na reorganização dos grêmios estudantis, na UPES, em diretórios acadêmicos, em diversos coletivos juvenis e populares da cidade e continuando na luta por uma educação voltada aos interesses das classes populares. Por fim, revelou que muitos jovens estão atentos aos problemas que os afetam e que, longe de serem apáticos, querem mudanças e lutam por elas.

Referencias bibliográficas.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*, 17ª.ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

FRIGOTTO, Gaudêncio et al. (Org.). *Juventude, trabalho e educação no Brasil: perplexidades, desafios e perspectivas*. In: VANUCHI, Regina Novaes e Paulo et al. (Org.). *Juventude e Sociedade: trabalho, educação, cultura e participação*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004. p. 180-2016.

MARTINS, Fernando José. *Das origens da ocupação da escola: o caso do MST. E-mosaico*.

Revista Multidisciplinar de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura, Rio de Janeiro, v. 12, n. 6, p.22-23, ago. 2017.

MARTINS, Fernando José. Ocupação da escola: uma categoria em construção. 2009. 273 f. Tese (Doutorado) - Curso de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

MARTINS, Suely A. A formação política da juventude do Movimento Sem Terra no Estado do Paraná. 2009. 275f. Tese (Mestrado em Sociologia Política) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009b..

MARGULIS, Mario; URRESTI, Marcelo. La juventud es más que una palabra. In.: MARGULIS, Mario (ed.) La juventud es más que una palabra. Buenos Aires: Biblos, 1996. p. 13-30.

GROPPO, Luís Antonio. O Novo Ciclo de Ações Coletivas Juvenis no Brasil. In: COSTA, Adriana Alves Fernandes; GROppo, Luís Antonio (Org.). O Movimento de Ocupações Estudantis no Brasil. São Carlos: Pedro&João Editores, 2018. Cap. 4. p. 85-117.

PARANÁ, Ocupa. OCUPAPARANA.ORG. 2016. Disponível em: . Acesso em: 27 ago. 2018.

SILVA, Andréa Villela Mafra da; MELO, Keite Silva de. #OCUPAISERJ: estratégias comunicacionais do movimento de ocupação do instituto superior de educação do Rio de Janeiro. Etd - Educação Temática Digital, [s.l.], v. 19, n. 1, p.119-140, 11 mar. 2017. Universidade Estadual de Campinas. <http://dx.doi.org/10.20396/etd.v19i1.8647817>.